

V ENCONTRO AMAZÔNICO SOBRE MULHERES E
GÊNEROS – GEPEM

19 a 21 de novembro de 2019
Universidade Federal do Pará (UFPA)

AT2: Gênero, Cidadania e Participação Política

Mulheres e Direito à Cidade

Gizelle Soares de
Freitas/Universidade Federal
do Pará

RESUMO: Este artigo faz uma breve e ainda inicial aproximação acerca da temática “Mulheres e Direito à Cidade”, numa perspectiva interseccional para trabalhar vetores de opressão que são: gênero, raça e classe. A construção dos espaços urbanos das cidades, historicamente, obedecem uma lógica capitalista-patriarcal, de grande segregação e invisibilidade de segmentos que constroem cotidianamente esse espaço, que são: mulheres, na sua grande maioria negras; LBT's; pobres, moradoras das áreas periféricas. Nas cidades é nítido a segregação sócioespacial desses segmentos, estas que apresentam espaços construídos para famílias de renda alta, comandadas por homens, cis, brancos e heteronormativos, é este perfil que direciona a construção, planejamento e implementação das políticas sociais. Reconhecer que a sociedade brasileira tem uma estrutura machista, altamente racista, e lgbtqifóbica, desde a sua formação, contribui para mudanças de comportamento, contudo é urgente que os planos diretores das cidades, que pensar a construção de espaços públicos nessa cidade, tenha um caráter acolhedor e inclusivo aos diferentes segmentos, considerados pelo capital e pela grande mídia, como minoria. Uma cidade onde as mulheres tenham voz ativa e decisiva no planejamento, desenho, produção, uso e ocupação do espaço urbano. Onde o processo de planejamento urbano coloque as necessidades, usos e desejos das pessoas no centro das agendas, em excluir as mulheres e outras identidades.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Cidade; Direitos; Patriarcado; Capitalismo; Política Social.

SUMMARY: This article makes a brief and still initial approach on the theme “Women and the Right to the City” in an intersectional perspective to work vectors of oppression that are: gender, race and class. The construction of urban spaces of cities, historically, obeys a capitalist-patriarchal logic patriarchal capitalist, with great segregation and invisibility of segments that daily build this space, which are: women, mostly black; LBT's; poor people living in peripheral areas. In cities it is clear the socio-spatial segregation of these segments, which present spaces built for high-income families, run by men, cis, whites and heteronormative, is this profile that directs the construction, planning and implementation of social policies. Recognizing that Brazilian society has a chauvinistic, highly racist, and lgbtqphobic structure since its inception contributes to behavioral changes, however it is urgent that the city's master plans, that think of the construction of public spaces in that city, have a character welcoming and inclusive to the different segments, considered by the capital and the mainstream media, as minority. A city where women have an active and decisive voice in the planning, design, production, use and occupation of urban space. Where the urban planning process puts people's needs, uses and desires at the center of agendas, in excluding women and other identities.

KEYWORDS: Gender; City; Rights; Patriarchy; Capitalism; Social Policy.

ESPAÇO URBANO E ESTADO CAPITALISTA

A ação de ocupar um lugar no espaço, habitar, faz parte do desenvolvimento histórico da humanidade. A produção das cidades se diferencia de acordo com as circunstâncias históricas, econômicas, políticas, sociais e espaciais em cada etapa do desenvolvimento da humanidade. Portanto, produzido socialmente pelo trabalho humano.

O homem sente o desejo de uma cidade, como escreve Calvino (1990) em sua história fantástica *Cidades Invisíveis*. Marco Polo, viajante, encontra-se com Kublai Khan, imperador do Oriente, e assume a missão de descrever em detalhes os lugares do domínio Khan, até então desconhecidos. As cidades descritas nesta história são, para Calvino, uma metáfora da experiência humana e, através da voz do nosso viajante, afirma que jamais devemos confundir uma cidade com o discurso que a descreve (CALVINO, 1990, p. 38).

O que se propõe nas páginas seguintes é uma inicial e breve reflexão teórica sobre a cidade numa perspectiva de gênero. Mas, não qualquer cidade perdida no espaço e no tempo. Trata-se da cidade capitalista patriarcal.

A FORMAÇÃO DAS CIDADES E O ESPAÇO URBANO CAPITALISTA

A passagem do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista ocorrida entre os séculos XVIII e XIX é o momento histórico no qual surgem as noções elementares da cidade capitalista. Harvey (2015), ao tratar das mudanças ocorridas na Paris de 1848 desconstrói o mito de que a modernidade constituiria em si uma ruptura radical com o passado. Apoiando-se na teoria da modernização, inaugurada por Saint-Simon e levada a sério por Marx, Harvey afirma que “[...] nenhuma ordem social pode conseguir mudanças que já não estejam latentes dentro de sua condição existente” (HARVEY, 2015, p. 11).

Conta-nos Harvey (Ibid., p. 13) que o ano de 1848 fora dramático para toda a Europa e particularmente para Paris. Havia fome, desemprego, miséria e descontentamentos por todos os lados. Tudo convergia para a capital francesa, visto que as pessoas migravam do campo para cidade em busca de sustento. Até então a visão urbana tocava superficialmente os problemas de infraestrutura urbana medieval. Com o argumento da “ruptura radical” na economia política, na vida e cultura parisiense o novo vai se consolidando sem o velho. A cidade assume a modernidade: nas artes; nas indústrias que, de dispersas e artesanais, passam à modernização com o advento da maquinaria; no comércio com suas imensas lojas de departamento, etc.

Capital e modernidade se uniram transformando o funcionamento da cidade, sua organização e as relações sociais. A cidade capitalista concentra e consolida, nestas circunstâncias, a divisão do trabalho e a apartação entre campo e cidade. A cidade passa a centralizar a população, os instrumentos de produção, o capital, as necessidades básicas, o lazer, etc. O campo passa a ser sinônimo de solidão e isolamento.

Segundo Lefebvre (2008), a cidade é o local onde as relações de produção se universalizam, na perspectiva da concorrência, onde se acelera a circulação de capital.

Em “A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra”, Engels (2008) descreve a precária situação vivida pela classe trabalhadora inglesa, que se aprofundou a partir da industrialização, evidenciando os horrores vivenciados por trabalhadores e trabalhadoras no período do capitalismo concorrencial. As condições de moradia da classe trabalhadora inglesa eram locais totalmente insalubres que chegava a gerar doenças nas famílias, em especial nas crianças. O autor demonstrava não somente a escassez de habitação, mas a total falta de condições de habitabilidade, as quais somente poderiam ser resolvidas com a superação do sistema capitalista.

O operário é constrangido a viver nessas casas já arruinadas porque não pode pagar o aluguel de outras em melhor estado, porque não existem moradias menos ruins na vizinhança das fábricas ou porque, ainda, elas pertencem ao industrial e este só emprega os que aceitam habitá-las. É óbvio que a duração média assinala de quarenta anos não é rígida: se as construções se situam num bairro de alta densidade populacional e se, apesar do aluguel do terreno ser caro, há sempre a possibilidade de encontrar locatários, os construtores fazem algo para conservá-las em condições de relativa habitabilidade por mais tempo – mas o que fazem é sempre o mínimo indispensável e as reparações cobrem especialmente as casas em piores condições. De quando em vez, diante da ameaça de epidemias, a sonolenta consciência dos serviços de higiene é despertada: então, empreendem-se incursões aos bairros operários e interditam-se inúmeros porões e casas [...], mas isso dura pouco, porque logo as mesmas casas voltam a ser ocupadas por novos inquilinos e os proprietários, de novo com os imóveis alugados, têm uma vantagem a mais: sabem bem que a vigilância sanitária não voltará tão cedo! (ENGELS, 2008, p. 101).

Para Lojkin (1997), a segregação espacial¹, no âmbito urbano, pode ser observada a partir da infraestrutura material disposta em cada espaço, destacando a moradia como o elemento mais importante na configuração da segregação. Assim, em

¹Lojkin (1997) identificou três tipos de segregação: 1- uma oposição entre o centro e a periferia; 2- uma separação cada vez mais acentuada entre as áreas ocupadas pelas moradias das classes mais populares e aquelas ocupadas pelas classes mais privilegiadas; 3- uma separação entre as funções urbanas, que ficam contidas em zonas destinadas a funções específicas (comercial, industrial, residencial, etc.).

última instância, o Estado representa os interesses do capital monopolista, mesmo que contraditoriamente, em certos aparelhos locais, a ação estatal possa refletir os interesses da classe dominada. Nesse sentido, Lojkine reafirma a tese defendida por Engels (2008), segundo a qual a cidade é o espaço dos conflitos, mas igualmente da política².

A cidade capitalista contemporânea é um fenômeno recente e se difere substancialmente das outras experiências na história (LEFEBVRE, 2008). Importante ressaltar que antes da ascensão do capitalismo como modo de produção hegemônico, os espaços das cidades possuíam características específicas. Com o desenvolvimento do capitalismo, do monopolismo ao sistema financeiro globalizado, a cidade também acompanhou e passou a se reinventar sempre que necessário (LEFEBVRE, 2008).

Conforme Harvey (1980, p. 34), deve-se “[...] considerar a cidade como um sistema dinâmico complexo no qual a forma espacial e o processo social estão em contínua interação”. Logo, deve-se compreender o espaço urbano, juntamente com sua dinâmica, bem como seu arranjo espacial, primeiramente, como resultado de um produto social que, por conseguinte, é fruto das ações acumuladas através do tempo.

A urbanização sempre foi, portanto, algum tipo de fenômeno de classe, uma vez que os excedentes são extraídos de algum lugar ou de alguém, enquanto o controle sobre o uso desse lucro acumulado costuma permanecer nas mãos de poucos (como uma oligarquia religiosa ou um poeta guerreiro com ambições imperiais). Essa situação geral persiste sob o capitalismo, sem dúvida, mas nesse caso há uma dinâmica bem diferente em atuação (HARVEY, 1980, p. 30).

A divisão campo e cidade é um elemento central para o modo de produção capitalista. Sobre isso, afirma Lefebvre (2008, p. 49):

Não há a menor dúvida de que a separação entre a cidade e o campo mutila e bloqueia a totalidade social; ela depende da divisão do trabalho material e intelectual que encarna, que projeta sobre o território. Nessa separação, compete ao campo o trabalho material desprovido de inteligência; à cidade pertence o trabalho enriquecido desenvolvido pelo intelecto, compreendendo as funções de administração e comando.

Vale destacar que em relação aos capitalistas (proprietários dos meios de produção) apesar de se apresentarem enquanto frações de uma mesma classe (industrial, comercial, financeira, serviços, etc.), possuem o mesmo objetivo estratégico: o lucro através da mais brutal exploração.

²Esses argumentos são corroborados por Maricato (2001, p. 51), quando afirma, no caso do Brasil, que: “É impossível esperar que uma sociedade como a nossa, radicalmente desigual e autoritária, baseada em relações de privilégio e arbitrariedade, possa produzir cidades que não tenham essas características”.

A reprodução do capital passa pelos processos de urbanização em inúmeras formas. Mas a urbanização do capital pressupõe a capacidade do poder da classe capitalista em dominar o processo urbano. Isto implica a dominação da classe capitalista não só sobre aparatos estatais, mas também sobre populações inteiras - seu estilo de vida, bem como sua força de trabalho, o seu valor cultural e político, bem como suas concepções mentais do mundo. (HARVEY, 1980, p. 65).

Até aqui foi necessário esse apanhado histórico, ainda que resumido, sobre a formação das cidades capitalistas, contudo vale frisar que diferentes segmentos fazem uso desse espaço urbano, que a classe trabalhadora não é homogênea, não existe um perfil de sujeito social, apesar da construção social nos impor essa narrativa. O uso que as mulheres fazem do espaço urbano é bem diferente daquele que o homem faz.

Diante dessa problemática enfatiza-se a necessidade do espaço urbano ser planejado, projetado, a partir de uma perspectiva de gênero, é inegável que o direito à cidade não é garantido plenamente à classe trabalhadora, nos marcos da sociedade capitalista não é possível, porém dentro desse conjunto há que se pensar em cidades mais inclusivas às mulheres trabalhadoras, pobres e negras, visto que há uma classe, raça e gênero que é alvo da ineficácia das políticas sociais, dentre elas o direito à cidade.

MULHER E DIREITO À CIDADE

Fundamental essa discussão, a questão de gênero deve fazer parte da elaboração de toda política pública, porque sim, há especificidades, segundo a PNAD do início do ano de 2019, 28 milhões de famílias são chefiadas por mulheres.

É necessário que o poder político, econômico, reconheça a necessária e intrínseca relação entre as mulheres, seu papel social e as cidades.

O território urbano é visivelmente construído sob o olhar masculino, percebe-se nas estruturas físicas, nos terrenos vazios, que para as mulheres representa um risco de sofrer violência, na quase inexistência de creches públicas, nas ruas mal iluminadas, nos transportes públicos pouco seguros às mulheres, vide o alto índice de assédio sexual e até estupro. As cidades são construídas no seu cotidiano por diversos segmentos como: as mulheres, negros e negras, lgbtqis, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, e etc

Segundo dados do governo federal, as mulheres brasileiras são responsáveis pelo sustento de 37,3% das famílias, possuem expectativa de vida de 77 (setenta e

sete) anos de idade, equivalendo a 51,4% da população brasileira atual. Portanto, não é possível pensar num planejamento urbano sem levar isso em consideração.

São gritantes as desigualdades territoriais, vive-se em cidades que concentra infraestrutura urbana e serviços públicos (de qualidade) nas áreas ocupadas por famílias com alta renda, o espaço urbano não é neutro, é permeado por tensões advindas dos interesses antagônicos dos diferentes atores sociais que a compõe, ou melhor, a questão de classe é indissociável de cada experiência de vivência nas cidades.

Uma cidade democrática, realmente inclusiva precisa ser pensada para a livre circulação das mulheres, visto que terrenos baldios, ruas mal iluminadas, precariedade do transporte público, ônibus que não pára em qualquer lugar para que as mulheres desçam, por conta do horário, são limitadores para esse segmento. São cidades sem acessibilidade, pessoas com deficiência tem também circulação bastante limitada devido esses complicadores.

O direito à cidade deve contemplar os diversos segmentos, logo as dimensões de gênero, raça, orientação sexual e geração atravessam a vivência que se tem do espaço urbano, e podem somar marcadores de opressão, estes que se interligam a segregação econômica de alguns sujeitos, a luta por cidades verdadeiramente acolhedoras deve ser construída a partir de um olhar interseccional, é um desafio que precisa ser encarado com urgência.

O planejamento urbano não pode mais ser construído levando em consideração somente um perfil de: homem, branco, de renda média/alta, cis e heterossexual. Esse é um modelo padrão de pessoa que é tido como base para a construção de todas as políticas públicas nessa sociedade, não leva em consideração as especificidades de segmentos que não são minoria, como é a ideia comumente massificada, tanto pelo poder público quanto pela grande mídia. As mulheres são 51%³ da população brasileira. Há uma tendência grande a periferização e criminalização da população negra e de baixa renda, no planejamento territorial. Essa conformação das cidades que está entrecruzado pelo aspecto econômico tem uma possível explicação na formação histórica social, não dá pra esquecer que o Brasil foi o país que mais viveu a escravidão, foram 388 anos, portanto a questão racial aliada a questão de classe é a base da segregação sócioespacial no Brasil, alguns autores, como Moura (1983) denominam de “colonialismo escravista”. Essa hipótese não é difícil de ser confirmada caso seja visualizada a ocupação profissional dessas famílias

³Segundo dados da PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) de 2018, o número de mulheres no Brasil é superior ao de homens. A população brasileira é composta por 48,3% de homens; e 51,7% de mulheres.

empurradas para as áreas periféricas, a grande maioria compõem o mercado informal e precarizado de trabalho, bem como o mercado informal de moradia também. As periferias se tornaram esse espaço de sobrevivência e convivência da população negra, pobre, e lgbtqi. Mulheres de baixa renda e baixa escolaridade, mães que criam seus filhos sem a presença do pai, segmentos com pouco acesso à educação de qualidade, à saúde, à moradia digna. Se o objetivo é o planejamento urbano social esses elementos precisam configurar como prioridade, incluir os até então historicamente excluídos.

Pensar em direito à cidade é também pensar na divisão sexual do trabalho, existe, é uma realidade. Historicamente, aos homens é atribuído o trabalho produtivo, enquanto que o reprodutivo, ou melhor, a reprodução social, relegado quase que exclusivamente, às mulheres. O cuidado da casa, dos idosos, o cuidado do outro, inclusive desse homem que sai ao mercado de trabalho, que sai para vender sua força de trabalho, só o consegue fazer em boas condições devido haver a retaguarda imprescindível da reprodução social feminina, este que é um dos pilares de sustentação do sistema capitalista. O espaço da rua, o espaço público é essencialmente ocupado pelos homens, enquanto que o espaço privado, do lar, doméstico, de corpos femininos.

O capitalismo certamente não inventou a subordinação das mulheres. Esta existiu sob diversas formas em todas as sociedades de classe anteriores. O capitalismo, porém, estabeleceu outros modelos, notadamente 'modernos', de sexismo, sustentados pelas novas estruturas institucionais. Seu movimento fundamental foi separar a produção de pessoas da obtenção de lucro, atribuir o primeiro trabalho às mulheres e subordiná-lo ao segundo. Com esse golpe, o capitalismo reinventou a opressão das mulheres e, ao mesmo tempo, virou o mundo de cabeça para baixo. A perversidade se torna nítida quando relembramos o quanto o trabalho de produção de pessoas é, na verdade, vital e complexo. Essa atividade não apenas cria e mantém a vida no sentido biológico, ela também cria e mantém nossa capacidade de trabalhar – ou o que Marx chamou de 'força de trabalho' (ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019, 51-52).

As mulheres desafiam a imposição da conformação das cidades e passam a ocupar os espaços das ruas, contudo isso traz tristes consequências, como a violação dos corpos dessas mulheres, como os casos de importunação sexual⁴ sofrido dentro dos transportes públicos, uma pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública observou que no ano de 2017, 29% das entrevistadas relataram ter sofrido algum tipo de violência, em especial as mais jovens (faixa etária entre 16 e 24 anos), que são 45% desse número, e as mulheres negras, as quais são 31% desse número. Quando perguntadas sobre o local dessas violências, 51% responderam terem sofrido a

⁴A partir da aprovação da Lei 13.718/18 a importunação sexual é crime. Tem crescido as ocorrências de assédio sexual dentro do transporte público.

mesma em algum espaço público. A última pesquisa do 13º anuário brasileiro de segurança pública mostrou que em 2018 foram 66.041 vítimas de estupro. Dessas 50,9% são mulheres negras. 81,8% das vítimas são mulheres. A maioria desses crimes é cometido contra meninas de 10 a 13 anos. Em 96,3% dos casos o estuprador é homem. 75,9% do agressor é conhecido da vítima. O Brasil atingiu o nefasto recorde de estupro em 2018. Apesar do alto índice ainda são dados imprecisos, devido a subnotificação dos crimes. Já uma pesquisa mais recente realizada pelo Instituto Patrícia Galvão em junho de 2019, revelou que 97% das mulheres entrevistadas já sofreram assédio sexual dentro do transporte público.

Portanto, um dos serviços essenciais para a garantia do direito das mulheres à cidade, que também permite sua circulação pelo espaço e acesso a outros serviços, é o transporte público. Como visualizado nas pesquisas existentes (como acima), este também é o local em que um número considerável de mulheres já ouviu e já relatou ter sofrido algum tipo de violência. Na pesquisa Chega de FiuFiu, realizada no ano de 2014 pela ONG Think Olga, 64% das mulheres relataram ter sofrido algum assédio no transporte público. Dados que complementam essa pesquisa aparecem em um levantamento feito pela Agência É nois – Inteligência Jovem, em parceria com os institutos Vladimir Herzog e Patrícia Galvão, mostram que o espaço público é visto, pela maior parte das entrevistadas, como um local em que não há segurança ou respeito: 94% delas já foram assediadas verbalmente e 77%, fisicamente, como a “encoxada” no transporte público ou o beijo forçado e a passada de mão em casas noturnas. Os números, a triste realidade vivenciada pelas mulheres nos transportes públicos, revelam que este serviço (como toda a estrutura da sociedade) não é pensada na perspectiva de gênero o que resulta em maiores dificuldades de circulação dessas, quando comparadas aos homens, e em restrições no acesso à cidade como um todo.

No Estado do Pará, segundo dados da Divisão Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM)⁵, neste ano de 2019 foram registradas 123 ocorrências de crimes de importunação sexual no transporte público, sabe-se que a realidade é de casos subnotificados, portanto possivelmente este índice é maior.

Tendo como referência a mobilidade das mulheres, é urgente que as políticas públicas sejam elaboradas, implementadas e avaliadas, levando em consideração a questão de gênero. Já existem iniciativas nesse sentido em algumas cidades, como: Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte e Distrito Federal, com o vagão rosa; e também

⁵ Dados colhidos do Jornal Amazônia do dia 20 de abril de 2019. A Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP), consideram o período entre os meses de janeiro a março de 2019.

a chamada Lei da Parada Segura, que já foi implementada em São Paulo, Caruaru e Porto Alegre.

Para além das políticas imediatistas, porém valorosas, do ponto de vista da questão da segurança contra assédios às mulheres em transportes públicos, deve-se pensar propostas de implementação de políticas públicas mais educativas, no sentido de campanhas que promovam formação de consciência, de tentativa de mudança da estrutura social e cultural misógina, que disseminem informação para a construção de medidas efetivas pelo fim dos assédios e violências sexuais contra as mulheres. Propagandas informativas, cartilhas, cartazes, livros didáticos para educação básica, fundamental e média que perpassam a temática, curta-metragens informativos, enfim, diversas medidas podem ser pensadas para formação de uma nova consciência social que promova, efetivamente, o rompimento com o machismo.

Bem, a vivência que se tem da cidade varia de acordo com a classe social, gênero, orientação sexual e raça. É fato que uma mulher branca, cis, heterossexual, da classe alta, tem uma percepção diferente de uma mulher negra e pobre, se for LBT, os marcadores de opressão somam numa escalada de muita violência e segregação. O planejamento urbano precisa ser construído nessa perspectiva, as cidades são territórios racistas, misóginos, lgbtqifóbicos, mas precisam ser diferentes, daí a luta dos movimentos sociais, daí a necessidade de discutir direito à cidade de forma interseccional, e da urgência de ter cidades inclusivas, democráticas, para as pessoas, e não para os aglomerados empresariais.

As periferias se apresentam, portanto, como uma faceta não tão oculta dos significados e significações do que é em si a propriedade privada no Brasil, distante da sua função social, agregando apenas aos interesses dos proprietários.

Sendo assim é urgente compreender que a experiência das mulheres das ocupações e das mulheres periféricas de uma forma geral é atravessada pelas categorias: gênero, classe e raça. Fazendo com que vários sistemas de opressão se cruzem afetando diretamente as suas vidas (SAFFIOTI, 2013).

Para que as cidades sejam acessadas especialmente, pelas mulheres, democraticamente, é necessário e urgente que se deixe de conceber, planejar e executar a infraestrutura e os serviços urbanos a partir de um ponto de vista único ou, ainda, a partir de um discurso tecnicista que defende uma suposta neutralidade ao olhar para a totalidade da população e, dessa forma, nega a multiplicidade de experiências e necessidades de diferentes grupos no cotidiano das cidades. São muitos os desafios experimentados pelas mulheres nos espaços públicos e no acesso aos serviços; não à toa, é a minoria em posições de poder e espaços de tomada de decisão. Contudo, como coloca Maricato (2001, p. 120) “embora essa assertiva seja

central, não podemos tomá-la de forma absoluta, porque pode levar profissionais dessa política a uma paralisia e falta de perspectiva de ação coletiva”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Titchi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. Tradução Heci Regina Candiani. – 1ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2019.

CALVINO, Ítalo. **Cidades Invisíveis**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Editorial Presença/Livraria Martins Fontes, 2008. (Coleção Síntese).

HARVEY, David. **Justiça social e a cidade**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

HARVEY, David. **Paris Capital da Modernidade**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

LEFEBVRE, Henry. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LOJKINE, Jean. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARICATO, Hermínia. **Brasil, Cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. Série Fundamentos. Editora Ática, 1983.

SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classes. Mito e Realidade**. Editora Expressão Popular, 2013.